



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

TERMO DE REFERÊNCIA – Lei nº 14.133/2021
BENS DE CONSUMO/PERMANENTE
Processo Administrativo nº SEMA-PRO-2023/03748

Termo de Referência nº 017/2023/GPATI/SEMA

Órgão: SECRETARIA DE ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Número da Unidade Orçamentária: 27101

Unidade Administrativa Demandante: GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO

Estudo Técnico Preliminar nº 008/2023/SEMA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Materiais Permanentes, sendo mesa em L, mesa reta e poltronas giratórias para atender as demandas dos servidores desta Secretaria, nos termos da tabela abaixo, na qual também estão indicados os valores unitários e o valor global, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM/ LOTE	CÓDIGO SIAG	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1103990	MESA EM “L” PÉ METÁLICO MEDINDO 1200X1200X600X7400 MM (LXLXPXA). TAMPO EM MDP 25MM COM REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO NA COR CINZA PLATINA, COM BORDAS ARREDONDADAS, PASSAGEM DE FIOS COM 60MM E ACABAMENTO DAS BORDAS EM FITA PVC. PAINEL FRONTAL INFERIOR EM MDP COM ESPESSURA DE 18MM COM REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO NA COR CINZA PLATINA. PÉS METÁLICOS EM “T” EM AÇO COM PASSAGEM COM PASSAGEM DE CABOS ENTRE COLUNAS, COM SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA, LIGAÇÃO METÁLICA ENTRE OS PÉS NA PARTE SUPERIOR, SERVINDO DE APOIO AO TAMPO, ACABAMENTO NA COR CINZA PLATINA.COM DUAS GAVETAS SUSPENSAS COM CORPO FRENTE DE GAVETAS EM MDP 15MM COM REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO NA COR CINZA PLATINA	UNIDADE	15	1.082,49	16.237,35
2	1103991	MESA RETA PÉ METÁLICO MEDINDO 1200X600X740 MM (LXPXA). TAMPO EM MDP 25MM COM REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO NA COR CINZA PLATINA, COM BORDAS ARREDONDADAS,	UNIDADE	20	1.438,99	28.779,80

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37, ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às 13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEWADIC202318724

SIGA



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

		PASSAGEM DE FIOS COM 60MM E ACABAMENTO DAS BORDAS EM FITA PVC. PAINEL FRONTAL INFERIOR EM MDP COM ESPESSURA DE 18MM COM REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO NA COR CINZA PLATINA. PÉS METÁLICOS EM "T" EM AÇO COM PASSAGEM COM PASSAGEM DE CABOS ENTRE COLUNAS, COM SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA, LIGAÇÃO METÁLICA ENTRE OS PÉS NA PARTE SUPERIOR, SERVINDO DE APOIO AO TAMPO, ACABAMENTO NA COR CINZA PLATINA. COM DUAS GAVETAS SUSPENSAS COM CORPO FRENTE DE GAVETAS EM MDP 15MM COM REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO NA COR CINZA PLATINA				
3	1088459	POLTRONA GIRATÓRIA, TIPO DIRETOR, COM BRAÇOS, ASSENTO ESTOFADO E ENCOSTO EM TELA. ASSENTO: ESTRUTURA DO ASSENTO INJETADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO NA COR PRETA, ESSA ESTRUTURA POSSUI TRÊS BARRAS METÁLICAS SOBRE INJETADAS PARA REFORÇO DA ESTRUTURA. A ESTRUTURA DO ASSENTO PERMITE A FIXAÇÃO DO MECANISMO E DOS BRAÇOS EM DUAS POSIÇÕES. AS DIMENSÕES DA ESTRUTURA DE ASSENTO SÃO 469MM DE PROFUNDIDADE E 482 MM DE LARGURA E 4MM DE ESPESSURA. ESTOFAMENTO EM ESPUMA FLEXÍVEL CONFECCIONADA COM DOW QUÍMICA, COM DENSIDADE 55 KG/M3 PODENDO PRESENTAR VARIAÇÃO DE +/- 5%. REVESTIMENTO EM COURO ECOLÓGICO OU TECIDO. ENCOSTO: ESTRUTURA DO ENCOSTO CONFECCIONADA EM DUAS PARTES, SENDO: QUADRO EXTERNO DO ENCOSTO BAIXO, INJETADO EM POLIAMIDA 6 COM 30% DE FIBRA DE VIDRO, O QUADRO POSSUI ACABAMENTO TEXTURIZADO E AS SEGUINTE DIMENSÕES: 474MM DE LARGURA X 469MM DE ALTURA. PAINEL INTERNO DO ENCOSTO EM TELA BAIXO, INJETADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO, O PAINEL POSSUI ACABAMENTO TEXTURIZADO E AS SEGUINTE DIMENSÕES: 473MM DE LARGURA X 477MM DE ALTURA. O QUADRO SE FIXA AO PAINEL ATRAVÉS DE PARAFUSOS E AUXILIA NA FIXAÇÃO DA TELA DO ENCOSTO. TECIDO EM TELA IMPORTADO CONFECCIONADO EM POLIÉSTER, COM FECHAMENTO EM ZÍPER NA PARTE INFERIOR. ESTRUTURA E MECANISMOS: CONFECCIONADO COM CAIXA E DEMAIS COMPONENTES PARA FIXAÇÃO DESTA EM CHAPA DE AÇO COM ESPESSURA DE 3 MM, ACABAMENTOS INJETADOS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO. ACABAMENTO SUPERFICIAL FOSFATIZADO E PINTADO COM TINTA EM PÓ EPÓXI. COM ACOPLAMENTO PARA	UNIDADE	180	2.485,47	447.384,60

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37, ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às 13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEWADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

	<p>FURAÇÃO DO ASSENTO 200MM X 153 MM. SUA INCLINAÇÃO MÍNIMA É DE -2° E MÁXIMA DE 20°. POSSUI SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA ATRAVÉS DA ALAVANCA LOCALIZADA AO DIREITO DO MECANISMO E ALAVANCA DE REGULAGEM DE TENSÃO DE INCLINAÇÃO POR MEIO DE UM MANIPULO EXCLUSIVO LOCALIZADO INTERNAMENTE À ALAVANCA DE REGULAGEM DE ALTURA. MECANISMO COM PONTO DE GIRO AVANÇADO EM 105 MM AO DO EIXO DE GIRO HORIZONTAL, DOTADO DE SISTEMA ANTI-SHOCK PROPORCIONANDO ASSIM EXCELENTE CONFORTO. DOTADO DE BLOQUEIO NO MOVIMENTO DE INCLINAÇÃO EM 4 POSIÇÕES POR MEIO DE UMA ALAVANCA EXCLUSIVA LOCALIZADA NO LADO ESQUERDO. SISTEMA INTERNO DE TRANSFERÊNCIA DE ESFORÇOS ATRAVÉS DE ENGRENAGENS PARALELAS INJETADAS EM POLIAMIDA 6 COM FIBRA E CÔNICAS INJETADAS EM LIGA DE ZAMAC5 PARA REGULAGEM DE TENSÃO, DISPOSITIVOS DE TRANSFERÊNCIA DE MOVIMENTOS ATRAVÉS DE ALAVANCAS DE AÇO CONFORMADAS. ESTRUTURA DA BASE INJETADA EM POLIAMIDA 6 COM 35% DE FIBRA DE VIDRO. A BASE UTILIZA CONE MORSE PADRÃO COM ÂNGULO DE 1°26'16", NO QUAL É SOBRE INJETADO ANEL DE AÇO COM 3MM DE ESPESSURA. PERMITE JUNÇÃO DE RODÍZIOS OU SAPATAS PLÁSTICAS DESLIZANTES POR MEIO DE PINO DE ENCAIXE DE 11MM DE DIÂMETRO. A BASE POSSUI RAIOS DE 346,5MM (EIXO CENTRAL DA BASE À EXTREMIDADE DA PATA), RAIOS ÚTIL DE 334MM (EIXO CENTRAL DA BASE AO EIXO CENTRAL DE FIXAÇÃO DO RODÍZIO OU SAPATA) E ALTURA DE 107MM (PARTE INFERIOR DA PATA À PARTE SUPERIOR DO CONE MORSE DESPROVIDA DE RODÍZIO OU SAPATA). A BASE POSSUI ACABAMENTO TEXTURIZADO. A COLUNA É CONFECCIONADA EM AÇO TUBULAR NBR6591 SAE 1008/1010 - BFDQ - 50,80 X 1,50 MM, MONTADA COM PISTÃO A GÁS IMPORTADO CLASSE 3, COM DIÂMETRO EXTERNO DE 28 MM, COM CONIFICAÇÃO 1026'16" INFERIOR (COLUNA) E SUPERIOR (PISTÃO) E CURSO DE REGULAGEM MILIMÉTRICA DE 100, 130 E 140 MM (NORMAIS DE LINHA), E CURSOS DE 200 E 270 MM (ESPECIAIS), BUCHA GUIA PARA O SISTEMA GIRATÓRIO E DE REGULAGEM COM 100 MM DE ALTURA INJETADA EM POM (POLI OXI METILENO - POLIACETAL COPOLÍMERO), COM AJUSTE H7 (0,02 MM), MATERIAL ESTE DE ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE E COM LUBRIFICAÇÃO PRÓPRIA PERMITINDO MAIOR FACILIDADE NA REGULAGEM DE ALTURA E SUAVIDADE NO MOVIMENTO GIRATÓRIO. TELESCÓPIOS DE 3 ESTÁGIOS, INJETADO EM POLIPROPILENO</p>			
--	--	--	--	--

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37, ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às 13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEWADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

		COPOLÍMERO COM 57MM (DIÂM. SUP.) X 71MM (DIÂM. INF.) X 317MM DE ALTURA. BRAÇOS: BRAÇO COMPOSTO POR DUAS PARTES, SENDO A ESQUERDA E A DIREITA, CORPO DO BRAÇO CONFECCIONADO EM TUBO ELÍPTICO EM AÇO COM AS DIMENSÕES: 20MM X 45MM X 1,5MM, COM ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI NA COR PRETA. O BRAÇO POSSUI SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA COM 7 POSIÇÕES, ATRAVÉS DE BOTÃO LOCALIZADO NA PARTE SUPERIOR FRONTAL DO BRAÇO, NA POSIÇÃO MÍNIMA O BRAÇO POSSUI 185MM DE ALTURA, NA POSIÇÃO MÁXIMA O BRAÇO POSSUI 255MM DE ALTURA, EM RELAÇÃO AO ASSENTO. O BRAÇO POSSUI SISTEMA DE REGULAGEM DE AFASTAMENTO DO ASSENTO, ATRAVÉS DE ALAVANCA LOCALIZADA NA PARTE INFERIOR DO BRAÇO. O BRAÇO POSSUI CORPO PLÁSTICO INJETADO EM POLIAMIDA 6 COM REFORÇO INTERNO EM AÇO ESTAMPADO E ACABAMENTO TEXTURIZADO, POSSUI TAMBÉM APOIO DE BRAÇO INJETADO EM PELE INTEGRAL POLIURETANO, COM ALMA EM PP COPOLÍMERO E FIXADO NO BRAÇO ATRAVÉS DE PARAFUSOS AUTO-ATARRACHANTES, O APOIO DE BRAÇO POSSUI SISTEMA DE REGULAGEM COM MOVIMENTOS EM TORNO DO EIXO CENTRAL E MOVIMENTO NO SENTIDO FRONTAL, O APOIO DE BRAÇO POSSUI 245MM DE PROFUNDIDADE X 88MM DE LARGURA. AS MEDIDAS PODEM VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS EM ATÉ 10%. EQUIVALENTE, OU SIMILAR E OU DE MELHOR QUALIDADE UNIDADE.				
4	7105001 900053	ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO COM 16 PORTAS, TODAS AS PORTAS COM CADEADO, CHAPA 26/24, MEDINDO APROXIMADAMENTE 197X125X42CM, COR CINZA, COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES. UNIDADE	UNIDADE	1	1.796,33	1.796,33
5	11099 (92)	CADEIRA EXECUTIVA CAIXA ALTA ERGONÔMICA, COR PRETA, DIMENSÕES DO PRODUTO ALTURA MÍNIMA / MÁXIMA (PISO AO TOPO DO ASSENTO): 0,62 CM 0,72 CM LARGURA TOTAL: 0,62 CM PROFUNDIDADE: 0,65 CM DIMENSÕES ASSENTO / ENCOSTO ASSENTO: LARGURA 48 CM PROFUNDIDADE 49 CM ESPESSURA 9 CM ENCOSTO: LARGURA 48,5 CM ALTURA 44 CM ESPESSURA 9 CM. CAPACIDADE DE ATÉ 20 KG. ACENTO GIRATÓRIO. BASE FIXA SEM RODINHAS. UNIDADE	UNIDADE	5	1.118,61	5.593,05
6	1109896	CADEIRA ERGONÔMICA GIRATÓRIA QUE SUPORTE ATÉ 250 KG ATENDENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NR 17 E NBR 9050. CADEIRA GIRATÓRIA EM CONFORMIDADE COM A NBR 9050. ENCOSTO EM TELA, INCLINÁVEL; MECANISMO COM AJUSTES DE ALTURA DO ASSENTO E INCLINAÇÃO DO ENCOSTO. ESPALDAR ALTO, COM APOIO PARA REGIÃO CERVICAL, APOIO-LOMBAR	UNIDADE	40	3.764,58	150.583,20

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37, ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às 13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEWADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

	REGULÁVEL INTEGRADO AO ENCOSTO. APOIO PARA BRAÇOS REGULÁVEIS EM ALTURA; BASE EM ALUMÍNIO COM RODÍZIOS DE DUPLO GIRO; ASSENTO ANATÔMICO EM ESPUMA FLEXÍVEL REVESTIDO EM VINIL; ENCOSTO EM TELA AIR COM QUADRO ESTRUTURAL E MOLDURA PROTETORA INJETADOS EM RESINA PLÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA. UNIDADE.				
VALOR TOTAL GLOBAL					R\$ 650.374,33

- 1.2. O contratante declara que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 1.3. O quantitativo a ser adquirido foi dimensionado conforme solicitação de demanda do ano anterior descrito no plano de aquisição e na necessidade de atender a demanda de novos servidores, prestadores, estagiários e etc.
- 1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. A categoria de despesa do objeto a ser contratado enquadra-se em:
 - 1.7.1. (X) Bens Permanentes (patrimoniáveis)
 - 1.7.2. () Bens de Consumo (não patrimoniáveis)
 - 1.7.3. () Equipamento de Apoio
 - 1.7.4. () Equipamento de TI

2. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 Por se tratar de contratação de objeto com entrega parcela única, não haverá contrato.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A necessidade da contratação encontra-se pormenorizada no tópico 02 do Estudo Técnico Preliminar, parte integrante dos autos do processo.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico 14(quatorze) dos Estudos Técnicos Preliminares, parte integrante dos autos do processo.

5. FUNDAMENTAÇÃO PARA ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA

- 5.1. A modalidade licitatória adotada para a seleção do fornecedor será PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de menor preço.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Sustentabilidade:
 - 6.1.1. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do Administração Pública e normativos específicos voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:
 - 6.1.1.1. Economia de energia;
 - 6.1.1.2. Economia em materiais plásticos descartáveis;
 - 6.1.1.3. Economia de água; e

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37, ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às 13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEWADIC202318724

SIGA



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- 6.1.1.4.** Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, e os inerentes ao manuseio e operacionalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionador de ar, dentre outros semelhantes.
- 6.1.2.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 6.12.1** A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais. Para que não gere nenhum impacto ambiental os bens substituídos serão disponibilizados através do sistema SIDBENS, conforme lei nº 11.109, de 20 de abril de 2020 seção I.
- 6.2.** Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):
- 6.2.1.** Não haverá necessidade de indicar marca e/ou similaridade, haja vista que os bens a serem adquiridos não se enquadram nas hipóteses do art. 41, inciso I, alíneas a, b, c e d da Lei nº 14.133/2012, bem como, a indicar marca e/ou similaridade restringirá a competitividade
- 6.3.** Vedação de utilização de marca/produto.
- 6.3.1.** Não se aplica, haja vista que não há histórico de marcas e/ou produtos que foram restringidos ou rejeitados pelo setor demandante por não atender de forma satisfatória as finalidades a que se destina.
- 6.4.** Amostra e/ou prova de conceito:
- 6.4.1** Não se aplica, pois trata-se de objetos que já foram adquiridos pela Administração anteriormente, e por ser objetos comuns, poderá ser afastada a exigência de apresentação de amostra.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. Prazo de execução.**
- 7.2.** O prazo de entrega dos produtos será de até 15(quinze) dias úteis, contados do recebimento formal da ordem de fornecimento do órgão ou entidade contratante.
- 7.3.** Os produtos serão entregues no horário estipulado na Ordem de Fornecimento.
- 7.4.** Caso o horário de expediente do contratante seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários do fornecimento dos bens para atendimento da nova situação.
- 7.5.** Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, o contratado deverá apresentar justificativa ao contratante por escrito indicando o motivo e o prazo necessário para a execução, que por sua vez analisará e tomará as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.
- 7.6. Local de execução.**
- 7.7.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua C esquina com Rua F s/ nº - Centro Político Administrativo.
- 7.8. Forma de execução.**
- 7.9.** O contratado será responsável pelo transporte dos produtos até a sua entrega ao contratante no endereço e horário indicados.
- 7.10.** As embalagens dos produtos deverão ser acondicionadas conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação dos produtos e demais informações exigidas na legislação em vigor.
- 7.11.** Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 7.12.** A embalagem deve ser adequada à sua conservação e indicar marca, modelo e procedência do produto, bem como CNPJ, nome do fabricante, além de informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição,

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37, ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às 13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEMADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados e ainda sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.
- 7.13. A entrega dos produtos poderá ser efetuada através de entrega única, de acordo com o quantitativo estabelecido na Ordem de Fornecimento.
- 7.14. Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante dos produtos ofertados na proposta, salvo no caso previsto no art. 276 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, hipótese na qual deverá ser previamente celebrado aditivo contratual.
- 7.15. A entrega do produto ficará a cargo do contratado, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.
- 7.16. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.
- 7.17. Somente os produtos que estiverem em perfeitas condições serão aceitos e recebidos, caso algum produto sofra danos durante o transporte e ou não apresentem as condições ora estabelecidas, os mesmos serão rejeitados e devolvidos, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los, sujeitando-se ainda às sanções previstas no Edital e na legislação pertinente, quando couber.
- 7.18. Quaisquer produtos fornecidos que apresentem vícios ou defeitos de fabricação, serão devolvidos, comprometendo-se o contratado, por sua conta, a substituí-los por outros novos e em perfeito estado de utilização, de acordo com as especificações do Termo de Referência e seus anexos, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o órgão ou entidade contratante.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O regime de execução contratual/Ordem de Fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega estão indicados no item 7 (sete) deste termo de referência
- 8.2. O Considerando que não haverá formalização de contrato por se tratar de aquisição por parcela única, as definições básicas da presente aquisição são as constantes nos demais itens deste Termo de Referência, bem como, na Ordem de fornecimento.

9. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 9.1. O contrato/ordem de fornecimento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto Estadual nº 1.525/2022 e da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.
- 9.3. A execução do contrato/ordem de fornecimento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou, em caso de afastamentos legais, pelos respectivos substitutos.
- 9.4. Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, respeitadas as exigências do art. 308 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, e cientificados de forma expressa, preferencialmente por meio eletrônico, bem como os titulares e substitutos, conforme § 4º do art. 308 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 9.5. Não obstante o contratado seja o único e exclusivo responsável pela execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado.
- 9.6. Para efeito de gestão dos contratos originados desta operação, quando for o caso, serão utilizadas as seguintes definições:
- 9.7. **Gestor do Contrato** – Trata-se de servidor da unidade administrativa de controle ou equivalente, diretamente responsável pela disponibilização do bem às demais unidades administrativas do órgão ou entidade, devendo ser indicado em Contrato, sendo responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 14 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, bem como:

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37, ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às 13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEMADIC202318724

SIGA



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- 9.7.1.** Aplicar todas as determinações e normas de conduta, acompanhamento e fiscalização de contrato previstas em manual de gerenciamento de contrato, caso houver, e aquelas decorrentes da legislação aplicável.
- 9.7.2.** Aplicar as orientações e determinações oriundas dos Órgãos de Controle Interno e Externo e as previstas nos instrumentos legais
- 9.7.3.** Servidor indicado pela Gerência será o responsável pelo recebimento e conferência dos materiais adquiridos, atestando o recebimento dos mesmos.
- 9.8. Fiscal do Contrato** – Trata-se de agente público indicado pelo Gestor do Contrato, preferencialmente, entre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis, sendo responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 15 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, bem como:
- 9.8.1.** Prestar informações e esclarecimentos ao preposto do contratado, sempre que for preciso.
- 9.8.2.** Desempenhar com eficiência e zelo todas as atribuições a ele incumbidas na legislação aplicável, em especial aquelas indicadas no art. 312 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 9.8.3.** Receber e conferir o material entregue, atestando o recebimento dos mesmos em sua totalidade.
- 9.9.** A fiscalização deverá emitir informação ou relatório a respeito de todos os atos do contratado relativos à execução do Contrato, quando couber, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do Contrato;
- 9.10.** A fiscalização deverá, em seu relatório de avaliação da qualidade dos bens, identificar e quantificar as ocorrências eventualmente praticadas pelo contratado no período de faturamento, com vistas a aplicar multas/glosas no pagamento da fatura.
- 9.11.** Todas as ocorrências devem ser documentalmente comprovadas e anexadas ao Relatório a ser elaborado conforme estabelecido no art. 294 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 9.12.** O Relatório é o ato administrativo que concretiza o recebimento provisório.
- 9.13.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 9.14.** A operacionalização e o controle da execução contratual deverão ser realizados por meio do Sistema de Aquisições Governamentais - Contratos, disponibilizado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.
- 9.15.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 9.16.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- II - Juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- IV - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- V - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
- VI - Realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- VII - Comunicar o gestor do contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37,
ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às
13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI
VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO
ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEMADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- VIII - Acesso aos autos do contrato e da licitação que o antecedeu, sempre que solicitado, podendo solicitar cópia dos documentos necessários à fiscalização;
- IX - Informar ao gestor do contrato, de ofício ou a requerimento, todas as ocorrências relevantes referentes à execução contratual, inclusive eventuais atrasos e descumprimentos, sugerir as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- X - Solicitar ao contratado os documentos exigidos para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, a correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, substituição de produtos defeituosos ou repetição de serviços executados em desconformidade com as normas aplicáveis;
- XI - Informar às autoridades competentes as ilegalidades e irregularidades que constatar;
- XII - Elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo;
- XIII - Receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da contratada/planilha de custos e formação de preços, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização.

10. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Recebimento provisório:

- 10.1.1.** O recebimento provisório dar-se-á pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização (art. 140, inciso II, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021), no ato da entrega dos bens, mediante Relatório, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato/Ordem de Fornecimento. Deverão, também, serem anexados os demais documentos que o responsável julgar necessário e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção. Sendo aprovado o recebimento, o responsável autorizará a emissão da NF.
- 10.1.2.** A fiscalização notificará o contratado para, se for o caso, no prazo de até 10(dez) dias úteis, impugnar os apontamentos do Relatório ou emitir a Nota Fiscal/Fatura no valor apurado.
- 10.1.3.** Na hipótese de o contratado apresentar impugnação ao Relatório, a fiscalização emitirá novo Relatório, no prazo de até 10(dez) dias úteis, com a análise dos argumentos do contratado. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os bens entregues, com a finalidade de verificar a adequação dos bens, bem como constatar e relacionar as providências adicionais que se fizerem necessárias.
- 10.1.4.** O relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato/ordem fornecimento, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato/ ordem fornecimento.

10.2. Recebimento definitivo:

- 10.2.1** Os bens serão **recebidos definitivamente** no prazo de até 20(vinte) dias úteis, contados do recebimento provisório, por **servidor ou comissão** designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:
- 10.2.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas pertinentes constantes neste Termo de Referência/Edital, por escrito, as respectivas correções;
- 10.2.3** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos bens entregues, com base nos Relatórios e documentações apresentadas;
- 10.2.4** Realizar a aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, emitida pelo contratado para os bens fornecidos.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37,
ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às
13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI
VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO
ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEMADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- 10.2.5** Na hipótese de irregularidade não sanada pelo contratado, a fiscalização reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior para procedimentos inerentes à apuração dos fatos e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 10.3** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não excluirá a responsabilidade pela garantia do(s) produto(s) por vícios ou disparidades em relação às especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

11. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1.** A apresentação dos documentos com o propósito de comprovar a habilitação será feita na forma do art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 11.2.** A licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
- 11.2.1.** Contrato ou estatuto social atualizado;
- 11.2.2.** Documento de identidade do sócio administrador e procurador, se houver, com a procuração respectiva;
- 11.2.3.** Prova de inexistência de fato impeditivo para licitar com a Administração Pública através de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS da Controladoria Geral da União.
- 11.2.4.** **Considerando que a licitação será por lotes individuais, o licitante vencedor cujo valor da soma dos lotes ultrapasse o limite previsto no art. art. 138 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, deverá apresentar toda documentação de habilitação exigida abaixo, conforme art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 1.525/2022.**
- 11.2. Habilitação jurídica:**
- 11.3.1.** No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores.
- 11.3.2.** Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária licitante e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.
- 11.3.3.** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.
- 11.3.4.** No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 11.3.5.** No caso de pessoa física, se elas forem autorizadas a participar do certame, cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 11.3.6.** No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 11.3.7.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 11.3.8.** Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37, ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às 13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEWADIC202318724

SIGA



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- 11.3.9.** Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, no caso de Microempreendedor Individual.
- 11.3.10.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 11.3.11.** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 11.3.12.** Ata ou documento equivalente de compromisso de constituição do Consórcio.
- 11.3.13.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 11.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**
- 11.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 11.4.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 11.4.3.** Prova de regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso, o que deve ser providenciado mediante a apresentação de certidão emitida conjuntamente pela SEFAZ/MT e pela PGE/MT, na forma da Portaria Conjunta 008/2018-PGE/SEFAZ.
- 11.4.4.** Para as empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada também prova de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.
- 11.4.5.** Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações expedidas pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.
- 11.4.6.** Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede da licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.
- 11.4.7.** Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 11.4.8.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 11.4.9.** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa, nos termos da lei de regência.
- 11.4.10.** No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, sem prejuízo da necessária apresentação de toda a documentação exigida, por ocasião da participação em certames licitatórios, mesmo que esta apresente alguma restrição, a elas aplicando-se os arts. 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006.
- 11.5. Habilitação econômico-financeira:**
- 11.5.1.** Certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.
- 11.5.2.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples.
- 11.5.3.** Nas licitações destinadas à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais facultar-se ao licitante, para fins de habilitação, Atestar a qualificação econômico-financeira através da comprovação de patrimônio líquido superior a 10% (dez por cento), conforme art. 134, § 5º do Decreto n.º 1525/2022.
- 11.5.4.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37,
ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às
13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI
VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO
ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEMADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório;

- 11.5.5.** A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

- 11.5.6.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.
- 11.5.7.** A exigência desses requisitos é necessária para verificar se o licitante possui a aptidão e saúde financeiras para cumprir suas obrigações
- 11.5.8.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 11.5.9.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 11.5.10.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 11.6. Não será exigida habilitação técnica nesta licitação, pelas seguintes razões:**
- 11.6.1** Trata-se de objeto de menor complexidade de entrega imediata.

12. PARTICIPAÇÃO E BENEFÍCIOS DA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

- 12.1.** Em obediência ao inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, esta licitação é de **participação exclusiva** das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais definidas na referida Lei.
- 12.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que não se enquadrem como ME ou EPP ou MEI, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 incluindo as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, ou que, nessa condição, estejam incluídas em alguma das excludentes hipóteses do § 4º do art. 3º da mencionada Lei Complementar.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37, ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às 13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEWADIC202318724

SIGA



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- 12.3. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Estadual nº 605/2018 deverá selecionar a opção no SIAG: <Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual>, antes do envio da proposta, e no momento da Habilitação comprovar tal situação apresentando todos os documentos solicitados neste Edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente.
- 12.4. A falta de identificação no sistema antes do envio da proposta tal como indicado no subitem anterior, impedirá o licitante de usufruir de qualquer dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- 12.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por período igual, a critério da Administração, para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 12.6. O As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de que não celebraram contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação, cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 12.7. Não será exigida nesta contratação a sub-rogação de que trata o art. 24 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, **tendo em vista que se trata de licitação exclusiva para MEI, ME e EPP nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.**

13. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

- 13.1. Não será permitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, e posteriormente executar o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio.

14. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

- 14.1. Não será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas, pois não existem cooperativas aptas a executar o objeto contratual, e se estão não cumpre os requisitos do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

15. PROPOSTA DE PREÇOS E JULGAMENTO

- 15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.
- 15.2. O modo de disputa adotado será ABERTO.
- 15.3. O certame licitatório está dividido em único lote, podendo ser agrupados após pesquisa de mercado desde que comprovada a economia de escala devidamente justificada nos autos, com quantidades solicitadas, conforme o deste Termo de Referência e cotações de valor unitário e valor total.
- 15.4. O valor ofertado após a fase de lances (proposta realinhada) não poderá ser superior em relação ao valor ofertado inicialmente em cada item pelo licitante (proposta inicial), tampouco ser maior que o valor estimado para licitação.
- 15.5. O prazo de eficácia da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da apresentação da proposta realinhada, prazo este que será suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37,
ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às
13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI
VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO
ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEWADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

15.6. As propostas apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas, nem reivindicar qualquer adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária	Ação (PAOE)	Categoria/Grupo de Despesa	Região	Fonte de Despesa	Classificação/Elemento da despesa	Valor
27101	2007	4.4.90.52	9900	2.759.0000	4.4.90.52.34	650.374,33
Total 2023						RS 650.374,33

17. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 17.1.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 17.2.** O contratado deverá fornecer o(s) bem(ns) em excelente(s) condições de uso;
- 17.3.** Caso o bem tenha validade indeterminada, deverá o contratado fornecê-lo com no mínimo 01 (um) ano de fabricação.
- 17.4.** A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.
- 17.5.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 17.6.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 17.7.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 17.8.** Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15(quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 17.9.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.
- 17.10.** Na hipótese do subitem acima, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 17.11.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 17.12.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37, ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às 13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEWADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

17.13. Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como troca, conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção dos materiais, no caso de apresentar(em) imperfeição(ões), correrão por conta do contratado, não cabendo ao contratante quaisquer ônus.

18. PAGAMENTO

18.1. Não haverá pagamento antecipado.

18.2. O pagamento será realizado de acordo com a execução do objeto do contrato, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, e análise dos documentos que compõem o processo de pagamento.

18.2.1. As operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS 42/2009, regulamentado pelo Artigo 355, §6º do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

18.3. O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número do Contrato/Ordem de Fornecimento, a descrição do objeto, o número e nome do banco, agência e número da conta na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

18.3.1. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valor(es) para outra(s) praça(s) será(ão) de responsabilidade do contratado.

18.4. O contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros, por intermédio da operação de “factoring”.

18.5. O pagamento será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

18.5.1 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso, abrangendo inclusive débitos inscritos em dívida ativa;

18.5.2 Prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso;

18.5.3 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, em plena validade e relativa ao contratado;

18.5.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

18.5.5 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

18.5.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede ou domicílio do credor.

18.6. Sendo o caso, o contratante efetuará retenção na fonte de todos os tributos inerentes ao Contrato em questão.

18.7. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor do contratado em até 30(trinta) dias, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização do contratante.

18.8. O (s) pagamento (s) não realizado (s) dentro do prazo por eventos decorrentes do contratado, não será (ao) gerador (es) de direito a qualquer acréscimo financeiro;

18.9. Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;

18.10. A efetivação dos pagamentos não isentará o contratado das suas responsabilidades e das suas obrigações contratuais, especialmente aquelas relacionadas à qualidade e à garantia dos produtos entregues.

18.11. Caso constatada alguma irregularidade ou incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao contratado para as necessárias correções, acompanhada dos motivos que deram ensejo à sua rejeição, interrompendo-se o prazo para o pagamento, que começa a fluir somente a partir da data do protocolo da nova Nota Fiscal e demais documentos, devidamente corrigidos. O prazo somente voltará a fluir, desde o começo e de maneira integral, a partir da data do protocolo da nova Nota Fiscal e dos demais documentos exigíveis, devidamente corrigidos.





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- 18.12.** Constatando-se qualquer outra circunstância que desaconselha o pagamento, em razão de circunstância devidamente justificada e informada ao contratante, o prazo para pagamento ficará suspenso e voltará a partir da respectiva data de regularização.
- 18.13.** Nos casos de aplicação de penalidade ao contratado, em virtude de inadimplência contratual, não serão efetuados pagamentos a esta, enquanto perdurar pendência de liquidação das respectivas obrigações.
- 18.14.** As Notas Fiscais a serem pagas deverão sofrer desconto devido à aplicação de multas/glosas previstas no Contrato/ordem de fornecimento e já identificadas pela fiscalização.
- O contratado deverá, durante toda a execução do Contrato/ordem de fornecimento, manter atualizada a vigência da garantia contratual.

19. REAJUSTE

- 19.1** Não se aplica, **haja vista que não haverá contrato e a aquisição será em parcela única.**

20. CONTRATO

- 20.1.** O Termo de Contrato será substituído pela Ordem de Fornecimento, nos termos da legislação.

21. PREPOSTO

- 21.1.** Não há a necessidade de preposto por se tratar de uma aquisição de bens de consumo, sem contrato e entrega parcela única.

22. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 22.1.** Comparecer, quando convocado, para assinar o Contrato/ordem de fornecimento e retirar a Nota de Empenho específica no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sendo o mesmo prazo para retirada da Ordem de Fornecimento.
- 22.2.** Manter, durante toda a execução do Contrato/Ordem de fornecimento, compatibilidade com as obrigações e as condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência
- 22.3.** Fornecer os bens, nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato/ordem de fornecimento, de forma a garantir os melhores resultados.
- 22.4.** Os bens serão entregues de acordo com a necessidade do contratante, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância das recomendações técnicas aceitáveis, respectivas normas e legislação pertinentes.
- 22.5.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos bens, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 22.6.** Submeter ao contratante, previamente e por escrito, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de entrega dos bens que fuja das especificações constantes no Termo de Referência e no Contrato/ordem de fornecimento.
- 22.7.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 22.8.** Empregar funcionários habilitados e com conhecimentos indispensáveis ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios essenciais à completa execução contratual, promovendo sua guarda, manutenção e substituição sempre que necessário.
- 22.8.1.** Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos bens, os quais devem estar uniformizados, devidamente identificados por meio de crachá e, se necessário, com Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.
- 22.8.2.** Otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade da entrega do produto e à satisfação do contratante.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37,
ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às
13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI
VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO
ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEWADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- 22.8.3.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do contratante, bem como as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do contratante.
- 22.9.** Comunicar no prazo de até 02 (dois) dias úteis ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência.
- 22.10.** Comunicar à fiscalização, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no local de entrega dos bens que se verifique.
- 22.11.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus responsáveis, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- 22.12.** Permitir que o contratante, em qualquer momento, audite e avalie as entregas relacionadas ao objeto contratado, que deverá estar de acordo com as especificações do Contrato, em observância às obrigações pactuadas.
- 22.13.** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização do contratante.
- 22.14.** O contratado responsabilizar-se-á integralmente pela execução do objeto contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, devendo para tal:
- 22.14.1.** Encarregar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
- 22.14.2.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e/ou morais causados ao contratante ou a terceiros, pela ação ou omissão dolosa ou culposa, de seus empregados, trabalhadores, prepostos, contratados ou representantes.
- 22.14.3.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- 22.14.4.** Responder civil e criminalmente pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a concomitante fiscalização realizada pelo contratante.
- 22.14.5.** Indenizar terceiros e/ou o contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o contratado adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 22.14.6.** Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do contratante, ou em qualquer outro local onde estejam executando o objeto contratado, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.
- 22.14.7.** Responder a qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução do Contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- 22.15.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal do contratante, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, bem como quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 22.16.** Emitir Nota Fiscal, discriminando os produtos entregues no período, de acordo com a especificação constante no item 02 do Termo de Referência.
- 22.17.** Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº.14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022 e Instrução Normativa nº 01/2020/SEPLAG/MT e suas respectivas alterações.

23. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 23.1.** Designar, servidor(es) ao qual(is) caberá(ão) a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, conforme legislação vigente.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37,
ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às
13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI
VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO
ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEMADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- 23.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinente para o bom cumprimento do objeto.
- 23.3.** Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto contratado, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do contratado em suas dependências, desde que observadas as normas de segurança.
- 23.4.** Disponibilizar local adequado para a entrega dos produtos.
- 23.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto à continuidade da execução do objeto, que não deve ser interrompida, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo contratante.
- 23.6.** Avaliar a qualidade dos produtos entregues, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as obrigações assumidas.
- 23.6.1.** Notificar o contratado sobre qualquer alteração ou possíveis irregularidades ou imperfeições observadas na execução do contrato, para reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o produto, sanando as impropriedades.
- 23.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado, desde que atinentes ao objeto da contratação.
- 23.8.** Efetuar o pagamento ao contratado, do valor resultante do fornecimento dos produtos, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e em Edital.
- 23.9.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo contratado, quando couber.
- 23.10.** Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado, no sistema SIAG-C, após firmar o Contrato e/ou emitir a Nota de Empenho, em atendimento à Lei de Acesso às Informações (Lei nº 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.973/2013).
- 23.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24. GARANTIA CONTRATUAL

- 24.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que se trata de objeto de baixa complexidade e entrega imediata.

25 SUBCONTRATAÇÃO

- 25.1** É vedada a subcontratação do objeto deste contrato, tendo em vista se tratar de uma aquisição de bens de consumo, sem contrato e por entrega imediata.

26. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

- 26.1.** A minuta de EDITAL e ORDEM DE FORNECIMENTO detalharão as regras, procedimentos e parâmetros do seccionamento administrativo.

27. SANÇÕES

- 27.1.** A minuta de EDITAL e ORDEM DE FORNECIMENTO detalharão as regras, procedimentos e parâmetros do seccionamento administrativo.

28. LEGISLAÇÃO APLICADA

- 28.1.** Lei nº 14.133/2021 e alterações – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- 28.2.** Decreto Federal nº 10.024/2019 – Regulamenta o Pregão na forma Eletrônica.
- 28.3.** Lei Estadual nº 7.692/2002 - Regula o processo administrativo.
- 28.4.** Decreto Estadual nº 1.131/2021.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37,
ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às
13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI
VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO
ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEMADIC202318724



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- 28.5.** Decreto Estadual nº 1.525/2022 – Regulamenta a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado de Mato Grosso.
- 28.6.** Lei Complementar nº 123/2006 – Normas ME e EPP.
- 28.7.** Lei Estadual Complementar nº 605/2018 – ME, EPP e MEI.
- 28.8.** Lei nº 12.690/2012 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho.
- 28.9.** Lei complementar nº 116/2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
- 28.10.** Instrução Normativa nº 1.234/2012 - Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos Órgãos da Administração Pública.
- 28.11.** Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 - Práticas de sustentabilidade ambiental.

29. PÚBLICO ALVO

- 29.1.** Os objetos a serem contratados destinam-se ao atendimento dos seguintes órgãos e entidades da Secretaria de Meio Ambiente.
- 29.2.** A demanda foi quantificada da seguinte forma, conforme solicitação de demanda do ano anterior descrito no plano de aquisição e na necessidade de atender a demanda de novos servidores, prestadores, estagiários e etc.

30. ANEXOS

- 30.1.** São partes integrantes deste Termo de Referência:

Item	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
MESA EM L	-	04	10
MESA RETA	-	33	10
POLTRONA GIRATÓRIA TIPO DIRETOR	-	-	10
CADEIRA EXECUTIVA CAIXA ALTA	-	-	-
CADEIRA ERGONOMICA SUPORTE ATÉ 250 KG	-	-	-
ARMARIO ROUPEIRO	-	-	-

Cuiabá, 16 de maio de 2023.

Elaborado por:

Isabela de Almeida Barbosa
Técnico de Desenvolvimento Econômico Social
Gerência de Patrimônio Mobiliário/SEMA

De acordo:

Yara da Silva Rodrigues
Gerente de Patrimônio Mobiliário

Dayane de Moraes Viana
Coordenadoria de Patrimônio e Almoxarifado/SEMA

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por YARA DA SILVA RODRIGUES - GERENTE / GPATI - 16/05/2023 às 11:31:37, ISABELA DE ALMEIDA BARBOSA - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GPATI - 16/05/2023 às 13:28:41, DAYANE DE MORAES VIANA - COORDENADOR / CPAL - 16/05/2023 às 13:49:53, VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 16/05/2023 às 15:49:22 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - SEC ADJ EXECUTIVO / GSAE - 18/05/2023 às 15:48:06.
Documento Nº: 8827200-2883 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8827200-2883>



SEWADIC202318724

SIGA



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

TERMO DE ANÁLISE, APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

1 – ANÁLISE E APROVAÇÃO:

Analisamos e aprovamos o Termo de Referência nº 017/2023/GPATI/SEMA, seus anexos e constatamos a regularidade dos autos.

Valdinei Valério da Silva

Secretário Adjunto de Administração Sistêmica
GSAAS/SEMA-MT

2 – AUTORIZAÇÃO:

Analisado e aprovado o Termo de Referência nº 017/2023/GPATI/SEMA, **AUTORIZO** a realização do Certame Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, a ser realizado na forma indicada no Termo de Referência, no processo administrativo e na legislação vigente.

Data: 16/05/2023.

Alex Sandro Antônio Marega

Secretário Adjunto Executivo
GSAE/SEMA-MT

